

“NOSSAS TRADIÇÕES”: REGRAS OU SUGESTÕES¹

Luciane Thomé Schröder^{*}

RESUMO: Este estudo constitui uma das análises finais da tese de doutoramento que teve por objeto de investigação o discurso da autoajuda e da espiritualidade divulgado pelo grupo de apoio a familiares de dependentes químicos, o Grupo Familiar Nar-Anon. Esse momento apresenta a análise das Doze Tradições do Nar-Anonque, dentre outras questões, polemiza e problematiza as bases de seu funcionamento, demonstrando como ele é revelador de um jogo discursivo que compromete o membro, atribuindo-lhe tarefas e privando-o de exercer outras, com o objetivo de manter a unidade do grupo por meio da exaltação da importância da sua presença junto aos familiares de adictos².

PALAVRAS-CHAVE: Prática discursiva; Efeitos de sentido; Nar-Anon.

ABSTRACT: This study constitutes one of the analyses from the conclusion of my doctoral thesis, whose object of investigation was the self-help and spirituality discourse conveyed by the group of support to family members of drug addicts, the Nar-Anon Family Group. This part presents the analysis of the Twelve Traditions of Nar-Anon that, among other issues, polemicalizes and problematizes the bases of its operation, demonstrating how it is revealing of a discursive play that compromises the member, setting him certain tasks and depriving him of doing others on behalf of its cause: to maintain the unity of the group by exalting the importance of its presence within the families of addicts.

KEYWORDS: Discursive practice; Effects of meaning; Nar-Anon.

INTRODUÇÃO

O discurso em análise pertence a um dos panfletos temáticos utilizados pelo Grupo Familiar Nar-Anon, entidade de ajuda mútua, que tem por objetivo apoiar espiritualmente e emocionalmente os familiares de viciados em droga. Como explicado em nota, este texto é um recorte

¹O texto constitui-se numa das análises finais da tese defendida em 23/02/2012, pelo programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, Brasil; o trabalho foi orientado pela professora Dr^a Mariângela Peccioli GalliJoanilho. O estudo analisa o discurso da autoajuda e da espiritualidade que orienta a entidade de apoio aos familiares de dependentes químicos, o Grupo Familiar Nar-Anon, a partir da escola francesa de Análise de Discurso.

^{*} Docente do Curso de Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon/PR. E-mail: lschroder@gmail.com

² O termo “adicto” é usado para se referir aos ex-usuários de drogas em recuperação.

da tese intitulada “Entre as linhas do discurso do conforto espiritual: uma análise da literatura Nar-Anon”. Nesse artigo, busca-se demonstrar como o discurso em estudo, as *Doze Tradições*³ (uma das partes mais expressivas do *corpora* analisado) deixa entrever, na opacidade do dizer, um outro discurso que o ressignifica e permite questionamentos sobre os efeitos de sentido do discurso a partir das suas condições de produção e funcionamento.

Inicia-se a reflexão, chamando a atenção para a interrogação apresentada no título: afinal, as Tradições do grupo, seriam *regras* ou *sugestões*? Entende-se que os efeitos de sentido do uso de um e outro termo afetam substancialmente o discurso sobre as *Doze Tradições*, principalmente, no caso de haver necessidade por parte do grupo em explicar o porquê de as *Tradições* não serem *regras*, mas, sim, *sugestões* (como o grupo procura fazer no panfleto informativo cujo título é o mesmo desse artigo).

Quando o grupo se vê na necessidade de explicitar essa diferença, (para si e para os seus membros (deve-se lembrar: pais e parentes de viciados), ele chama a atenção para algo que poderia passar despercebido. Contudo, o Nar-Anon não apenas traz o discurso da ‘sugestão’ nas *Doze Tradições*, como o discute em seus livretos e panfletos, o que exige um olhar mais atento para o fato que será problematizado na análise. Ele joga (ainda que de forma não-consciente) discursivamente com o apagamento de um sentido que acaba sendo reforçado pelo não-dito e pela sua não-presença.

As *Tradições* são organizadas em doze pontos temáticos que poderiam se constituir em quatro momentos, quando são levados em consideração os seus efeitos de repetição. Contudo, na exposição das *Tradições*, tem-se um discurso detalhado, pormenorizado, extenso até. Acredita-se que isso se deva às suas próprias características funcionais: as *Tradições* são o arame ao lado do caminho a ser percorrido pelo membro. As *Tradições* têm o dever de manter a unidade do grupo, produzindo um sistema de ordem para a sua funcionalidade: elas dizem quem são os membros da entidade, os definem como tais e assumem a responsabilidade de apontar sobre quais assuntos eles podem ou não se posicionar, determinando quais são as causas que dizem respeito ao Nar-Anon e quando eles devem se apartar de temas que possam gerar possíveis controvérsias internas ou que firam a imagem da entidade.

Enfim, as *Tradições* comprometem o membro, atribuindo-lhe tarefas e privando-o de exercer outras, em nome de sua causa: manter a unidade

³ A literatura do Nar-Anon está disponível no site www.naranon.org.br, sendo enviados gratuitamente às novas salas abertas em nome do grupo e também vendidas pelo endereço eletrônico citado. Os livretos não possuem qualquer indexador. Acredita-se que isso se deva ao fato de constituírem traduções oriundas do A.A e re-apropriadas, visando sua adequação às necessidades do Nar-Anon. Deve-se ressaltar que as adequações, basicamente, limitam-se às trocas de termos como, por exemplo, alcoólicos por adictos.

do grupo por meio da *exaltação* da importância da sua presença junto aos familiares de adictos: essa é a tese defendida pela entidade.

Por uma questão de espaço, procedeu-se a um recorte (não sendo analisadas aqui a 3ª e 5ª tradições), apresentando-se, no momento, uma breve análise do discurso de abertura das *Doze Tradições* e análise da 1ª tradição; na sequência, analisa-se a 2ª tradição, finalizando-se com a as análises da 4ª, 6ª (esta última retoma particularmente a 10ª, que conduz à 11ª e à 12ª tradições), 7ª, 8ª e a 9ª tradições.

APRESENTAÇÃO DO CORPUS E SUA ANÁLISE

Primeiramente, apresentam-se, então, as *doze Tradições do Nar-Anon*.⁴

A nossa experiência de grupo sugere que a unidade dos grupos familiares Nar-Anon depende da nossa adesão a estas tradições.

1. Nosso bem-estar comum deveria vir em primeiro lugar; o progresso pessoal do maior número de membros depende da unidade.

2. Para nosso propósito de grupo há somente uma autoridade – um DEUS amoroso que pode Se manifestar em nossa consciência de grupo. Nossos líderes são apenas servidores de confiança – eles não governam.

4. Cada grupo deveria ser autônomo, exceto em assuntos que afetem outro grupo Familiar Nar-Anon ou ao NA como um todo.

6. Nossos Grupos Familiares Nar-Anon nunca deveriam endossar, financiar ou emprestar nosso nome a qualquer empreendimento de fora, para que problemas de dinheiro, propriedade e prestígio não nos desviem de nosso objetivo espiritual primordial. Embora sendo uma entidade separada, deveríamos sempre colaborar com Narcóticos Anônimos.

7. Cada grupo deveria ser totalmente auto-suficiente, recusando contribuições de fora.

8. O trabalho do Décimo Segundo Passo Nar-Anon deveria sempre permanecer não profissional, mas nossos centros de serviço podem contratar funcionários especializados.

9. Nossos grupos, como tais, nunca deveriam ser organizados, mas podem criar juntas de serviço ou comitês diretamente responsáveis por aqueles a quem prestam serviço.

10. Os Grupos Familiares Nar-Anon não opinam sobre questões de

⁴ Ainda que não venham a ser trabalhadas, para conhecimento do leitor, são reproduzidas, na sequência, a 3ª e 5ª Tradições: **3ª Tradição:** *Os parentes de adictos, quando se reúnem para prestar ajuda uns aos outros, podem chamar-se Grupo Familiar Nar-Anon, desde que, como grupo, não tenha nenhuma outra filiação. O único requisito para ser membro é que exista um problema da adição num parente ou amigo.* **5ª Tradição:** *Cada Grupo Familiar Nar-Anon tem apenas um propósito: prestar ajuda a familiares de adictos. Fazemos isso, praticando os Doze Passos de NA, nós mesmos, encorajando e compreendendo nossos parentes adictos, bem como acolhendo e proporcionando alívio a familiares de adictos.*

fora; portanto nosso nome jamais deveria ser envolvido em controvérsias públicas.

11. Nossa política de relações públicas se baseia na atração, não na promoção; precisamos manter sempre o anonimato pessoal, a nível de imprensa, rádio, TV e filmes. Precisamos proteger, com o máximo cuidado, ao anonimato de todos os membros do NA.

12. O anonimato é a base espiritual de todas as nossas tradições, lembrando-nos sempre de colocar os princípios acima das personalidades.

Como foi dito, parte-se da reflexão sobre o enunciado que antecede as tradições e que diz “*A nossa experiência de grupo sugere que a unidade dos grupos familiares Nar-Anon depende da nossa adesão a estas tradições*”. A análise feita aqui diz respeito ao tom de ameaça que acompanha a passagem, que pode ser lida ingenuamente e, então, ela não traria problema algum; ou, pelo contrário (e é essa a postura assumida), ela é uma forma de ameaça, o que a análise busca demonstrar.

Parte-se da afirmação de que há, pelo menos, duas forças enunciativas opostas em estado de enfrentamento: a primeira é marcada pelo termo *sugere* e a segunda pelos termos *depende e adesão* (os demais elementos sustentam seus sentidos num e noutro termos).

Inicia-se com a justificativa sobre o motivo de o primeiro ser interpretado como polêmico, já que ele é um dos pontos da discussão. O termo *sugere* aciona efeitos de sentido politicamente corretos, já que *sugere* indica diplomacia, modalização, abertura e, inclusive, gentileza. Estes seriam alguns de seus atributos, quando efetivamente se busca mostrar um modo *menos incisivo* de conduzir (convidar, recomendar, indicar) uma pessoa para participar/aprovar uma ideia, por exemplo. Seria essa palavra uma daquelas que carrega valor positivo, agregando-o à imagem do sujeito que a usa (nada mais simpático que um chefe *sugerir* a seu grupo que execute a tarefa *x* pelo bem da empresa; ou o professor *sugerir* que os alunos desempenhem *y* atividade).

É difícil desvincular uma imagem positiva da pessoa que faz uso do termo, até porque é comum que o efeito engatilhado por *sugere* seja também positivo.

Contudo, entende-se nesse trabalho que, como signo ideológico, o termo está marcando um posicionamento, que vai adquirindo forma e valor conforme seu interlocutor o usa, num jogo de imagens que implica na demonstração de poder da “situação [que] dá forma à enunciação, impondo-lhe esta ressonância em vez daquela” (BAKHTIN, 1999, p. 114).

Pode-se afirmar que ‘sugerir’ se situa numa formação discursiva política ou pedagógica não autoritária, mas não se pode esquecer que ela *silencia* o efeito de *convencimento* do outro. Quem *sugere* deseja ter seu pedido atendido. O risco, inclusive, de se obter uma resposta negativa a algo *sugerido*

sofre menos chance, até porque, quando esse for o caso, frente à sugestão que não venha a interessar, a negação também é modalizada. E essa sendo modalizada, abre espaço para a argumentação e, quiçá, aumente a chance de o locutor ter atendido o seu *pedido*.

Deixando de lado o universo virtual das situações e possíveis efeitos do uso de ‘sugerir’, consideram-se seus deslizos de sentido a partir do discurso em análise. Da leitura do seu avesso, infere-se outra ordem discursiva: quem não se apropria da arte de ‘sugerir’ opõe-se a ela. Trata-se do sentido de mandar, ordenar, impor, determinar, estabelecer, preceituar, decidir, prescrever.

Como se vê, o oposto chama ao enfrentamento. Para abrir o discurso, o Nar-Anon, então, *sugere* uma vontade de imprimir identidade ao grupo, que, sem a disposição do grupo em assumir as sugestões, não existiria.

Desse modo, não há como apagar a voz que, inconscientemente, sussurra: “é preciso que as pessoas queiram participar disso. É preciso ser gentil, mas é preciso, também, de algum modo, manterem-se as rédeas da direção a ser tomada”.

O discurso apresenta, portanto, uma voz de autoridade instituída pautada na voz da *experiência*. Essa é a voz autorizada e, não questionada; ela é provocadora de silêncio, conforme segue: “A nossa *experiência* de grupo *sugere*”. Frente a isso, obtém-se conforto para os membros. Afinal, desse modo, o grupo se mostra maduro e, com isso, confiante. O discurso se vale, pois, dessa memória sustentada pela “voz da sabedoria”.

Os cofundadores do A.A. (que deram ‘origem’ aos demais grupos de autoajuda que se conduzem pelos preceitos dessa entidade) não eram novatos e inexperientes e se valeram das suas *experiências* para colocar no cenário mundial o discurso dos *Doze Passos* e das *Doze Tradições de Alcoólicos Anônimos*. Assim, uma sala Nar-Anontrará na memória, se não a experiência do próprio grupo, a experiência do grupo fundado em 1935 (data oficial de fundação de Alcoólicos Anônimos).

Dessa forma o discurso é categórico ao afirmar “*A nossa experiência de grupo sugere que a unidade dos grupos familiares Nar-Anon...*”: verifica-se que não há uma imposição marcada na ordem linguística presente, mas ela é dada pela experiência e pela maturidade de um grupo explicitando algo, o que, na sequência, é afirmado e se constitui na força enunciativa oposta ao efeito de diplomacia construído até então. A quebra da diplomacia se dá na sequência com “*depende da nossa adesão a estas tradições*”.

Face ao uso dos termos *depende* e *adesão*, a carga de modalização de *sugere* é fragilizada, porque o discurso coloca o membro numa situação de desconforto e apreensão, pois, se ele não aderir à causa (aceitar as tradições), ela pode sofrer consequências e perder sua unidade, podendo deixar de existir. Entende-se que essa responsabilidade (culpa?) ninguém gostaria de assumir. É esse o lugar ocupado pelo membro que se vê colocado numa

situação que o impede de retroceder: ele entrou no grupo, deve seguir as *Tradições*, pois, para que o grupo mantenha sua unidade, ele precisa aderir a elas.

Novamente, os sentidos deslizam e mostram outras práticas simbólicas: quem adere ao grupo não apenas aceita, mas concorda e concede plenamente.

Para encerrar a análise do enunciado de abertura, não se pode deixar de refletir sobre o efeito emocional que socioculturalmente está atrelado à palavra *tradição*: ela significa bem de valor e poder. Pertencer a uma tradição, fazer parte de uma tradição é ter um princípio de identidade. Seu funcionamento discursivo permite que o termo se autogoverne: a tradição manda, determina e seus valores não são questionáveis, porque, afinal, fazem parte de uma *tradição*. Ir contra essa perspectiva fere os valores das sociedades marcadas por práticas hierárquicas, cujos alicerces poderiam ser questionados; mas comumente não o são.

Assim como o *cerimonial*, “quando é adequado à situação histórica e às condições sociais existentes, ‘pode mobilizar mais homens do que uma teoria política logicamente encerrada em sua dedução e rigorosamente provada’” (PÊCHEUX, 1997a, p. 284), o discurso da *tradição*, por meio do uso do termo, movimenta sentidos e os faz funcionar.

Segue a análise da 1ª Tradição, que diz: “*Nosso bem-estar comum deveria vir em primeiro lugar; o progresso pessoal do maior número de membros depende da unidade*”. Inicia-se questionando o efeito discursivo do uso da flexão verbal no futuro do pretérito, que é recorrente nas *Doze Tradições*. A flexão *deveria* aparece em oito momentos e, em todos, permite que conteúdos pressupostos sejam inferidos do discurso.

Da primeira tradição, pode-se afirmar que *deveria vir* colabora para a construção do efeito de *sugestão*, acompanhando o tom de não imposição que o discurso deseja ter. Se, em seu lugar, fosse usado o presente do indicativo, “Nosso bem estar deve vir em primeiro lugar”, a leitura seria conduzida para uma vertente autoritária, o que não acontece com *deveria*. Essa flexão modaliza o discurso e abre espaço para que a pessoa se posicione, como se dissesse: “Você deveria vir a fazer x, mas essa é uma escolha pessoal”. Mas isso não ocorre de modo perfeito (tirando-se de cena que as *Tradições* se constituem em prática de ordenança), porque a flexão não apaga sua autoridade latente devido à necessidade de explicação que aparece após o ponto-e-vírgula, que representam o final inconcluso do enunciado: há mais coisas a serem ditas, as quais, no caso, são as linhas mestras do sentido.

Se a tradição afirma que o “*bem-estar comum*” deveria estar em primeiro plano (e não o bem-estar individual), ela se antecipa ao espírito egoísta, ficando em suspenso a condição de imposição sobre algo que é um tanto comum nas pessoas como pensar em si antes de considerar o outro, sem que isso signifique maldade. Mas o discurso simula outra condição, devido

à sequência do enunciado: “o progresso pessoal de um maior número de membros depende da unidade”. O sujeito é chamado a deixar de pensar em si em favor do bem do outro, de modo que muitos logram êxito quando todos trabalham para um bem comum. Pode-se afirmar sobre a presença de uma formação discursiva espiritualinterdiscursivamente se fazendo presente.

O efeito de destino de “bem estar comum” para “maior número de membros” que “dependem da unidade” tem um único referente: a ajuda mútua, princípio do desprendimento de si a favor do outro. Eis a prática cristã em que o discurso está ancorado. Se a figura do anjo acompanhasse a pessoa ao Nar-Anon, haveria a voz sussurrando “faça o bem, pense no outro, pense na unidade do grupo, veja quantas pessoas se beneficiarão do seu desprendimento pessoal”, siga as *Tradições*, enfim.

Se não houver adesão às tradições, não há unidade e, na falta desta, o grupo pode não existir (ou deixar de alcançar seus objetivos). De todo modo, vale ressaltar o tom gentil da 1ª Tradição, que busca afastar posicionamentos contrários ao seu objetivo: buscar adesão.

A seguir, a 2ª Tradição: “Para nosso propósito de grupo há somente uma autoridade – um DEUS amoroso que pode Se manifestar em nossa consciência de grupo. Nossos líderes são apenas servidores de confiança – eles não governam”. Pode-se afirmar que a segunda tradição fixa sua atenção no objetivo de esclarecer aos membros um ponto fundamental para qualquer organização: afinal, quem está à frente do grupo? Em linhas gerais, há, para cada sala Nar-Anon, pessoas que ficam responsáveis por assumir determinadas tarefas: os “servidores”.

Assim como na 1ª tradição, que busca afastar o discurso de qualquer prática autoritária, na 2ª tradição, o mesmo ocorre. O recorte se abre com “Para nosso propósito de grupo há somente uma autoridade”: tem-se, aqui, uma afirmação sobre a existência de um líder, contudo esse líder está representado na imagem Divina, “um DEUS amoroso que pode Se manifestar em nossa consciência de grupo”, que silencia qualquer movimento oposto à sua presença como líder negativo. Ressalta-se nesse momento o adjetivo associado à imagem de Deus: o Deus de que se fala é um Deus “amoroso”. A figura onipotente e onipresente do Pai cuidador, carinhoso e afetuoso, interdiscursivamente, faz-se presente no enunciado que Deus *pode* Se manifestar, o que permite a inferência que ele também *pode*.

De qualquer modo, essa presença cristã ou laica se materializa na *consciênciadegrupo* que os membros adquirem enquanto membros do Nar-Anon. Essa autoridade divina é um ponto de resguardo quanto a possíveis polêmicas frente ao que segue (já que não é possível essa governança espiritual assumir tarefas práticas); há, enfim, os *servidores*. A continuidade do recorte que encerra a 2ª Tradição cria uma complexa teia de sentidos, conforme sua análise mostra: “Nossos líderes são apenas servidores de confiança –

eles não governam”.

O grupo reluta em assumir o fato de que exista um sujeito à frente. Mas, algo brinca e foge ao controle do que é afirmado, pois a presença desse líder marca-se na passagem por, pelo menos, três termos: *líderes, servidores, governem*, que acionam a presença negada e mostram aquilo que o discurso busca silenciar: existe alguém que lidera (e quem lidera manda, determina, ordena).

A negação dessa explicitação cria outro efeito de sentido, justamente aquele que se nega: se a entidade abstrata (*Deus* despertado na consciência do grupo) não pode tomar decisões práticas, alguém as toma: é o líder. Os recursos de modalização não dão conta de apagar esse fato. Sobretudo, porque assume a presença de líderes ao afirmar *Nossos líderes*. Isso está dito e não pode ser negado.

Na busca do apaziguamento dessa presença necessária, esses líderes são descritos como *apenas servidores de confiança*. Se o termo *apenas* aponta, numa escala de valores, para algo de menor prestígio e importância (ele é *apenas* um professor, ele é *apenas* um advogado), a denegação final se sobrepõe ao esforço desejado, no sentido de que o termo ‘servidor’ abre um leque de filiações problemáticas. Entende-se que a palavra deriva do discurso da servidão, que remete à situação de serviçal: aquele que está presente para ‘servir’.

Quem serve está a serviço de, às ordens de. Na ansiedade, afirma-se que o grupo busca apartar de si o fato da presença de alguém que se coloca à sua frente (um líder que governa), o que gera a construção de uma imagem de sujeito à disposição, um empregado de todos que está ali para servir ao grupo. Essa é a questão: o servidor de confiança não mandaria, não ordenaria, não emitiria opinião: ele estaria ali apenas para ‘servir’; ele não governa. O reforço da negação é a revelação de que efetivamente há líderes (para o bem ou para o mal) e, como ser humano e não entidade divina, ele pensa, emite opinião, dá tom aos encaminhamentos, errando e acertando, e, ainda que inconscientemente, impõe uma forma de conduzir o conjunto de pessoas, pois se trata de um sujeito sócio historicamente afetado pelas condições da sua vida como sujeito pai de um viciado em droga.

O desejo perseguido pelo Nar-Anon, como grupo, com seus passos, princípios e tradições a serem seguidas, que, se seguidas, preservam a identidade (*singularidade, individualidade*) subjetiva – que se sabe inexistente – das bases de sua fundação, correm risco de ruir a cada movimento dos usuários do discurso, caso não o sigam corretamente. A ênfase inicial reforça a necessidade de *adesão a estas tradições*. Mais uma vez, há um esforço *hercúleo* do discurso de cuidar de si e buscar sua autopreservação. Não se julga aqui este posicionamento, pois se trata de sobrevivência: o que não impede que olhares críticos a essa forma de se conduzir sejam expostos.

O momento seguinte da análise das *Doze Tradições* busca reunir um conjunto maior de enunciados, porque, entende-se, a cada avanço, tem-se a complementação da complementação da tradição anterior, formando um encadeamento de proposições sobre a seguinte base enunciativa, resumida no enunciado: “Todo grupo Nar-Anon deve ser autossuficiente, manter-se focado apenas nos problemas que lhe diz respeito, não se envolvendo com questões de fora, sobretudo no que diz respeito a valores e autopromoção, mantendo seu anonimato, assim como de seus membros”. Os pontos de deriva dessa base, suas minúcias e problemas serão discutidos na sequência.

Inicia-se pela 4ª Tradição, chamando a atenção para a flexão verbal *deveria*: “Cada grupo deveria ser autônomo, exceto em assuntos que afetem outro grupo Familiar Nar-Anon ou ao NA como um todo”. Como já foi exposto, a flexão no futuro do pretérito permite que se detecte um conteúdo pressuposto no enunciado, que abre para o questionamento se, efetivamente, todos os grupos são autônomos.

Em todo caso, há outra questão mais pertinente que se coloca em análise: usando *deveria* o grupo se resguarda da imagem de discurso autoritário, de modo que simula abrir uma escolha. Se ele fosse encerrado em *autônomo*, “Cada grupo deveria ser autônomo”, um efeito estaria estabelecido e a manutenção do discurso que se propõe modalizado estaria organizado. Porém, na sequência, e isso é recorrente (quando as tradições se estendem a fim de se justificar ou deixar evidente o que deseja enunciar), o tom autoritário se explicita por meio do termo *exceto*, pois o que era uma possibilidade deixa de ser. Tendo-se o sentido de que para tal caso não há exceção, o tom modalizador de *deveria* fica em segundo plano e o que se mantém, em tese, é a ordem que segue a: “*exceto em assuntos que afetam outro grupo Familiar Nar-Anon ou ao NA como um todo*”.

Novamente, o que está em primeiro plano são os cuidados do grupo consigo mesmo e, no caso, ainda, com o grupo de sua referência imediata, o N.A.. E o propósito de demarcação de uma identidade passa a se fixar: cuida-se de si mesmo, como grupo familiar e também dos drogados, representados pelo N.A.. Desse modo, pelo menos em discurso, os grupos se colocam a serviço um do outro, o que contribui para a construção de uma atmosfera de solidariedade entre os familiares e os adictos (os drogados em recuperação), o que não deixa de ser positivo aos olhos dos antigos e novos membros.

A 6ª tradição representa uma paráfrase da 4ª tradição. Alguns dos efeitos de sentido possíveis de serem desdobrados do fato de que os grupos Nar-Anon devem ser autônomos são detalhados nessa tradição, sem que, com isso, aconteça qualquer alteração de sentido. Segue a passagem:

6ª Tradição: Nossos Grupos Familiares Nar-Anon nunca deveriam endossar, financiar ou emprestar nosso nome a qualquer empreendimento de fora, para que problemas de dinheiro, propriedade e prestígio não nos desviem de nosso objetivo espiritual primordial. Embora sendo uma entidade separada, deveríamos sempre colaborar com Narcóticos Anônimos.

Quando se tem, na 4ª tradição, o dizer “*Cada grupo deveria ser autônomo*”, pode-se inferir dá palavra (em contextos múltiplos) um efeito de independência, de liberdade, da condição de não necessitar nada de ninguém: autonomia, enfim, é o desprendimento de qualquer forma de compromisso que coloque o sujeito na condição de obrigatoriedade ou dependência com o outro. Do mesmo modo, quem busca a autonomia e a vivência plena não se sujeita a favores; ou porque não precisa deles, ou por opção *ideológica*, ainda que necessite de favores.

Retomando a análise, ser autônomo encontra seu(s) referente(s) na 6ª tradição, quando o grupo, ainda que não intencionalmente, apresenta sua compreensão para a condição de autonomia, conforme é possível observar: “*Cada grupo deveria ser autônomo*” (de acordo com o exposto na 4ª tradição), isto é, segundo a 6ª tradição: 1.”*nunca deveriam endossar, financiar ou emprestar nosso nome a qualquer empreendimento de fora*” (sob o risco de que)2.”*problemas de dinheiro, propriedade e prestígio não nos desviem de nosso objetivo espiritual primordial*”, fazendo com que percam a sua autonomia como grupo destinado a apoiar familiares de drogados.

Entende-se que as relações de sentido não são diretas, nem imediatas: nem poderiam ser, afinal, busca-se o desdobramento do discurso em doze momentos (e o interlocutor precisa ser levado a crer nisso). Mas a prática impeditiva que se instaura silencia uma perspectiva contrária, que, justamente, vai de encontro ao exposto na 4ª tradição. Se, num primeiro momento, parece haver confusão, pois a condição de autônomo permitiria ao sujeito (no caso, ao grupo) gozar da liberdade de escolher as filiações que lhe trouxessem algum benefício, isso é inviabilizado pelo Nar-Anon, porque ele, o discurso, é determinista: *nunca* é a expressão que marca a máxima da negação. Então, o que existe, na verdade, é uma concepção fechada para o que significa “Ser autônomo” no Nar-Anon.

A parte 2, da 6ª tradição, tem continuidade com “*problemas de dinheiro, propriedade e prestígio não nos desviem de nosso objetivo espiritual primordial*”. O discurso entra na contramão dos valores capitalistas descritos: ao fechar o enunciado com a retomada do objetivo primordial do programa que é de base “espiritual”, tem-se uma inversão de valores que conduz a atenção para o fato de que, ao desvincular a compreensão das tradições das suas condições de produção, levanta-se o questionamento de que resultados, enfim, como prática de apoio espiritual, elas trazem para um pai de drogado

imerso nos problemas causados pelo vício do filho.

E uma resposta é a presença da formação discursiva espiritualista que, de base cristã, nesse momento, faz-se presente: o reino dos céus é dos pobres. Haveria, aí, uma possibilidade de estabelecer essa relação: não interessaria ao pai do viciado dinheiro, já que isso não salvaria o filho do vício. Então, seu desprendimento dos valores financeiros não permitiria que perdesse o foco da sua *"entrega a Deus ou a um Ser Superior"*.

Desse modo, também, eliminam-se (aparentemente) as diferenças sociais entre os próprios membros: ali, todos seriam *iguais*. E o fato de o grupo se manter apartado de *"qualquer empreendimento de fora"* é a bandeira do programa que se deseja simples e aberto a todos.

Por fim, o Nar-Anon volta a lançar o olhar para a entidade com a qual mantém laços de proximidade muito fortes. E uma relação de afetuosidade se faz presente: o N.A. seria aquele a quem se poderia creditar ajuda, porque, de modo silencioso, feito pai, o Nar-Anon (formado por pais de adictos) não poderia se negar a estar à disposição para prestar ajuda ao N.A., que, no caso, representaria seus próprios filhos (*"deveríamos sempre colaborar com Narcóticos Anônimos"*).

Fecha-se, assim, essa cadeia de sentidos, que, como foi dito, faz o discurso circular, seja por meio da paráfrase, seja por uma prática de complementaridade ou de justificativas que trabalham para sua manutenção.

A 7ª tradição é a confirmação conclusiva do exposto nesse quarto momento. Ela é breve e não traz nenhuma informação nova ao discurso. *"Cada grupo deveria ser autossuficiente, recusando contribuições de fora"*. Esse trecho parafraseia a discussão proposta acima, a de que o grupo não deva aceitar qualquer tipo de ajuda.

Mas, ao contrário do efeito de sentido do uso da flexão verbal no futuro do pretérito, aqui, ela permite a leitura subentendida pela presença silenciosa do operador argumentativo 'mas', que propicia a revelação de que *deveria* não significa determinativo; assim, outros sentidos podem se estabelecer, ainda que não se deseje.

No fio do discurso, a 8ª confirma o discurso já estabelecido sobre a autossuficiência, o que implica em assumi-lo na concepção do Nar-Anon. A tradição em análise diz: O trabalho do Décimo Segundo Passo deveria sempre permanecer não profissional, mas nossos centros de serviço podem contratar funcionários especializados.

Inicia-se citando o 12º Passo, a fim de buscar estabelecer as relações de sentido com a 8ª tradição. Ele diz: *"Tendo tido um despertar espiritual, por meio destes Passos, procuramos levar esta mensagem a outras pessoas e praticar estes princípios em todas as nossas atividades"*. Para esse momento, busca-se refletir sobre como o discurso faz com que a 8º tradição se organize de modo problemático, porque não há, exatamente, um ponto de contato entre o que o 12º passo diz e a autocorreção proposta na 8ª tradição (de que o 12º

Passo “*deveria sempre permanecer não profissional*”), o que leva à pressuposição de que, entre um fato e outro, há dizeres, discussões e polêmicas não resolvidas pelo grupo.

Como é possível verificar, não há qualquer indício no 12º Passo de que haveria manifestação por parte do grupo de buscar ajuda profissional, a partir do que a materialidade discursiva permite que se diga, como se verifica “*levar esta mensagem a outras pessoas*” ou “*praticar estes princípios em todas as nossas atividades*”; em momento algum, há a menção à necessidade de profissionais à frente dos membros. Não há indícios linguísticos que poderiam levar o interlocutor a entender que uma ajuda profissional fosse necessária, pelo menos, não pelo que está anunciado, do que se infere que, na prática, a questão repetidamente retomada desde a 4ª tradição – de que os grupos *deveriam* ser autossuficientes e o que decorre disso – não está bem resolvida, nem apartada de questionamentos.

Afinal, não estaria, assim, o grupo negando a ajuda das práticas médicas estabelecidas ou outros serviços ideologicamente amparados por instituições (e que por meio delas sustentam uma voz autorizada) que poderiam se opor a um programa de recuperação para pais afetados emocionalmente proposto justamente por *pais emocionalmente afetados*?

Desse modo, a negação veemente ao auxílio profissional não passaria de uma prática egoísta, voltada à preservação do grupo em primeiro lugar, como mostra a afirmação categórica, ainda que modalizada por ‘deveria’, que diz: “*deveria sempre permanecer não profissional*”. Entende-se, aqui, que esse discurso, que busca manter não profissionais os grupos de apoio que seguem as *Doze Tradições*, evita, por essa prática discursiva, a formação de questionamentos que podem ser levantados (ainda que isso não seja regra), quando há líderes. E líderes se fazem por meio de uma voz autorizada: seja ela a de um profissional, seja ela a de um ‘doente’ em recuperação.

Em todo caso, num grupo de apoio que prega a ajuda mútua, a troca de experiência (de algo que apenas é efetivamente experienciado), como meio e fim para a cura (daquilo que não tem cura, mas ‘controle’), conseguiria, pela manutenção do discurso de que o grupo deve se manter não profissional, lograr seu êxito, pelo menos, sem a barreira de vozes questionadoras, que fatalmente se formariam por consequência das hierarquias estabelecidas que fazem com que o discurso profissional seja o primeiro a ser respeitado, antes de qualquer outro (foi o médico, o psicólogo, o psiquiatra quem disse), embora não se possa deixar de lembrar que o Nar-Anon se vale de uma voz autorizada: a de Deus ou de um Ser Superior, que se manifesta na consciência do grupo.

Nesse sentido, a 8ª Tradição interage com um dizer não dito, pautando-se no silenciamento e organizando o seu dizer sobre as polêmicas ausentes. Contudo, o que vem na sequência, como se verá, permite afirmar que o esforço do grupo por construir uma imagem de distanciamento das

práticas comuns a qualquer organização (quem tem seus líderes, suas regras, seus ‘privilégios’) falha na exceção que abre para si próprio: “*mas nossos centros de serviço podem contratar funcionários especializados*”. Quem seriam os “centros de serviço”? Seriam sujeitos co-dependentes? E o que os coloca na posição de decisão?

Em algum momento, *eles* podem medir a necessidade da ajuda advinda de fora, escolhê-la como necessária, devendo aos grupos, em geral, manterem-se fiéis às tradições, já que a “*unidade dos grupos familiares Nar-Anon depende*” da “*adesão a estas tradições*”. E uma pergunta fica em suspenso: há questionamentos sobre isso?. Será que alguém se incomoda com o que o discurso ‘grita’ nas entrelinhas?

Perguntas sem respostas, mas perguntas que incomodam, porque, mais uma vez, parece que a ponta do *iceberg Nar-Anon* vai se tornando mais evidente: o que está sendo discursivizado são palavras. E seus sentidos só são efetivamente problematizados, quando há distanciamento para isso, o que, ousa-se afirmar, bêbados, drogados e pais de drogados, em estado emocionalmente afetado, não têm. A eles, não interessa a polêmica, pois isso se constituiria num problema a mais: o que não se deseja: sigam-se as regras, enfim.

Segue a 9ª Tradição: “*Nossos grupos, como tais, nunca deveriam ser organizados, mas podem criar juntas de serviço ou comitês diretamente responsáveis por aqueles a quem prestam serviço*”. O primeiro movimento de análise objetiva mostrar como o termo-temático sofre deslizos, que, parafrasticamente, sustentam a continuidade discursiva desejada e, assim, a manutenção dos sentidos. No caso, parte-se de *autônomo* (4ª tradição), que é retomado por *autossuficiente* (6ª e 7ª tradições), *não profissional* (8ª tradição), e, por fim, *nãoorganizados* (9ª tradição), os quais apontam para um mesmo princípio: a manutenção do grupo às suas tradições sem intervenções.

O discurso das tradições insiste em marcar negativamente qualquer movimento organizacional que não o permitido pelo discurso, porém esquecem que o discurso não é um ser com habilidade para se autoconduzir: há homens e história lhes dando forma e constituindo dizeres representativos de um tempo e memórias. Mas isso parece vir na contramão do modo de pensar dos grupos que, ao contrário, entendem que se deva seguir o disposto na literatura, justamente a permitida e convalidada pelo próprio Nar-Anon.

Novamente, é o operador argumentativo *mas* que efetua o corte incisivo entre o que pode ser feito (e por quem) e o que não pode ser feito, com uma diferença substancial nesse trecho: abre-se a possibilidade de que os membros, como grupo, criem as juntas, o que significaria, então, *autonomia*, sem que seja esquecido o princípio gerador das formulações feitas: são “*nossos grupos*”, do que se infere uma ordem de comunhão entre irmandades, que podem criar as *juntas*, espaços organizacionais que estão a

serviço do grupo (eles são “*servidores de confiança*”), ou nos termos do enunciado, “*são diretamente responsáveis por aqueles a quem prestam serviço*”. E volta à cena a constatação de que há, entre as tradições desse quarto momento, uma prática de parafaseamento e complementaridade com um mesmo objetivo: buscar a evidência, por meio do discurso que se enuncia, da necessidade (verdadeira ou construída) de os grupos Nar-Anonserem autossuficientes e, partindo dessa postura, evitem-se polêmicas.

Na sequência, a análise se dará sobre a 10ª tradição que é, interdiscursivamente, atravessada pela 6ª tradição, conforme se apresenta: “*Os grupos familiares Nar-Anon não opinam sobre questões de fora; portanto nosso nome jamais deveria ser envolvido em controvérsias públicas*”.

Novamente, o grupo orienta o membro a não tomar posicionamento a respeito de temas que circulam fora da entidade, colocando-o, desse modo, apartado da mesma; a 10ª tradição é enfática na afirmação, os grupos “*não opinam sobre questões de fora*”. Sua justificativa soa plausível, pois, desse modo, evita-se qualquer tipo de constrangimento; por isso, o membro não deve ser “*envolvido em controvérsias públicas*”.

A partir da 6ª tradição, não opinar encontra seu referente nos pontos temáticos que definem uma exterioridade social. Interdiscursivamente, isso implica de forma mais ou menos direta, em ações que envolvem posicionamento, do que se infere à exposição de uma opinião. Buscando essa autopreservação, da não opinião e, por consequência, da não exposição, os grupos, então, não devem, conforme a 6ª tradição, “*endossar, financiar ou emprestar*” seu nome. Veja-se que os pontos de deriva dos sentidos não estão evidentes, inclusive, há um distanciamento material devido às outras três tradições que se está relacionando, ainda que a 7ª, a 8ª e a 9ª se façam ouvir, seja pela orientação da autossuficiência ou manutenção de se preservar distanciados de servidores especializados.

Não há, portanto, como não ‘ouvir’, emergindo do discurso, o termo ‘preservar’, que se refere a não exposição do “*nosso nome [que] jamais deveria ser envolvido em controvérsias*”, que implica, diretamente, sobre a preservação da face positiva do grupo.

Entende-se, pela reflexão, que o prestígio do grupo está acima dos sujeitos, que, são todos, de algum modo, “*servidores*”: do grupo, do companheiro sentado a seu lado. Por meio das tradições, tida como um “legado” evita-se que o discurso disperse quando seus “mensageiros” não devem opinar, se envolver e etc., pelo menos, enquanto ele aderir ao que as tradições determinam. Os membros acabam constituindo uma espécie de sociedade fechada. E isso pode ser o caminho para que grupos de apoio sobrevivam.

Nesse momento, ousa-se uma explicação para a organização dada aos discursos das tradições a partir do que se veio discutindo, ainda que as análises não tenham sido apresentadas na íntegra: não opinar e não se

envolver pode ser uma estratégia eficiente e necessária, já que as atitudes de ir de encontro à sociedade não são tomadas por não valer apenas se posicionar. E por uma razão que pode ser tão simples quanto complexa: de que vale a exposição a uma sociedade cega e surda aos problemas que afligem familiares de drogados? Que, salvo quando se tornam tema de campanha política, assiste-se a algum movimento, mas fora isso, são explorados pelas mídias? As imagens de viciados são exibidas em grotescos programas policiais como bandidos, ou vitimados pelas circunstâncias, ou indivíduos já desumanizados pela vida levada “fora da lei”, tidos como seres maléficis em essência, ou coitados que perderam sua *alma*, sendo usados e abusados de todas as formas pelas máfias do tráfico: de que vale “*ser envolvido em controvérsias públicas*”?

Por fim, a análise da 11ª e da 12ª tradições. Aqui, o tema evidenciado é o do anonimato que continua cercado pelo discurso da autossuficiência, sobretudo na 11ª Tradição, como se mostrará. A 12ª tradição complementa a 11ª numa referência a todo o discurso das *Tradições*: “*11ª Tradição: Nossa política de relações públicas se baseia na atração, não na promoção; precisamos manter sempre o anonimato pessoal, a nível de imprensa, rádio, TV e filmes. Precisamos proteger, com o máximo cuidado, o anonimato de todos e do NA*”.

Como foi antecipado, num primeiro momento, a 11ª tradição reitera a condição de que o grupo não deve se expor publicamente, de modo a “alardear” os objetivos a que se destina: ajudar familiares de drogados. Fazendo uso de um jogo de palavras, assume que sua propaganda, ou como o discurso enuncia, “*sua política de relações públicas*” deve estar baseada na “*atração, não na promoção*”. O enunciado se remete a uma memória discursiva própria da área da publicidade. Afirmar que existe uma preocupação com a organização de uma política de relações públicas deixa clara essa preocupação; mas parece que o termo oscila mais para uma carga negativa do que positiva, pelo menos neste momento.

Inconscientemente, o Nar-Anon, por meio do discurso que enuncia, coloca-se à venda, como produto a ser consumido, o que gera efeitos de sentido que ferem a imagem de um grupo de base espiritual, cujos membros se dizem conduzidos por Deus ou por um Ser Superior. Entende-se que a formação discursiva espiritualista tem força para calar qualquer prática de promoção, de modo que sua voz autorizada a sustenta num lugar social privilegiado.

Por isso afirma-se que, nesse momento, o discurso se fragiliza, pois é como se, de repente, ele se desse conta de que sem membros ansiosos por dele participar não haveria razão de existir. Então, é preciso trabalhar para se tornar conhecido, pois, do contrário, ficaria difícil às pessoas buscarem pelo apoio que ele oferece (já que não é possível ninguém adivinhar se existe tal grupo e como encontrá-lo). Mas isso não fica claro e, por ato falho, essa 11ª tradição deixa intervir naquilo que diz um outro

dizer, que, se ouvido atentamente, macula a imagem do grupo.

Mostrar-se ‘atrativo’ em relação à cena de enunciação que constitui o discurso, torna-se mais um empecilho, como foi dito, devido à carga semântica que atua sobre o termo, a qual colabora para o esvaziamento de seu sentido: o que esperar de algo ‘atrativo’? Entende-se que, operando junto ao termo *atração*, há uma memória que remete a outra, no caso, à *ilusão*, a qual, por sua vez, remete a uma rede de significações de valores questionáveis, como a de *falseamento da realidade*, sobretudo.

Não se está afirmando que o Nar-Anon seja uma ilusão; o que se está analisando é como o discurso foge ao controle do sujeito e pode – ou não – fazer vir à tona o impensado (não desejado). Quer dizer, quando existe a preocupação com se mostrar atrativo, pode-se estar buscando esconder uma falha, uma deficiência, uma carência. Assim, se o discurso alardeia ingenuamente que deve ser movido pela “atração” e não pela promoção, isto é, pelo que venham a dizer dele e não pelo que ele venha a dizer de si (o que é possível inferir), o exposto pode, sustentado pelas análises realizadas e que trabalham, justamente, sobre os limites do fio discursivo, provocar rupturas, pois se sabe que o limite não é, jamais, a materialidade, que apenas dá forma e sugere contornos, os quais não dão conta de encerrar o sentido.

Na sequência, ele não apenas elenca os meios de difusão que uma prática propagandista qualquer utiliza (“*imprensa, rádio, TV e filmes.*”), mas coloca em cena o tema central, o do “*anonimato pessoal*”. E, nesse sentido, o discurso assume um tom de exacerbada preocupação, não com o próprio anonimato (que deve ser mantido), mas com o dos membros do grupo do N.A.. Mais uma vez, o que fica subentendido é a relação pai e filho; não se pode esquecer que os pais que frequentam o Nar-Anon têm no N.A. uma esperança de apoio para o filho drogado. Estender, nas suas reuniões de grupo, a preocupação para com os Narcóticos Anônimos, ainda que o próprio filho não o frequente, é um modo de compensação à relação fragilizada que ambos vivem. É como se dissesse: ‘não esquecemos nossos filhos, ainda que estejamos buscando a própria recuperação’.

Se essa leitura não for corrigida, por exemplo, por meio de passagens como a analisada, a imagem do pai é arranhada, o que geraria mais culpa sobre si. Como demonstrado, um grupo que se quer autossuficiente e não deseja intervenções de fora traz, no tema do anonimato, uma prática que pode ir de encontro ao princípio da unidade: do mesmo modo que o grupo existe, se buscar raízes, elas não existem, no sentido de que o livre acesso, se ora é festejado, por meio da “invisibilidade” pública (todo grupo deve permanecer autônomo, anônimo, não se envolver, não aparecer e etc.) gera o efeito existência/não existência.

A manutenção de um grupo dependerá das pessoas que ali se reúnem e a ele se dedicam, mas nada pode ser garantido. O que fica valendo é a

carga emocional afetada que une os sujeitos (que pode ser passageira ou não).

A 12ª tradição retoma o tema, colocando-o, enfim, em primeiro plano, o que vai ao encontro das reflexões: ele diz, como se lê abaixo, que ser anônimo é a “base”, o alicerce, a fundação das tradições que são (se pretendem), as linhas mestras de condução para o grupo: “*O anonimato é a base espiritual de todas as nossas tradições*”. Como já dito, entende-se que há um ponto cego que impede que se veja o terreno perigoso que o discurso está construindo para si, porque, ao mesmo tempo que ser anônimo pode acarretar num atitude de não expor os pais (afinal ele é pai de um drogado e isso é um problema social), por outro constrói, também, o efeito de não-compromisso. Quer dizer, do mesmo modo que os grupos buscam se mostrar democráticos acolhendo qualquer pessoa que tenha convívio com o problema da drogadicção de um parente ou amigo, o anonimato implica, em partes, em relações cujos laços são frágeis: “*O anonimato é a base espiritual de todas as nossas tradições, lembrando-nos sempre de colocar os princípios acima das personalidades*”.

E, para finalizar, a última parte: a 12ª Tradição encerra com “*lembrando-nos sempre de colocar os princípios acima das personalidades*”. Afinal, quais são os princípios? Seriam a ética e a moral que devem conduzir as relações de forma que o que se diga num grupo fique nele, sem que as partilhas sejam julgadas, ou seja, sem que as atitudes que um pai aflito tenha tomado sejam analisadas como certas ou erradas? Então, tem-se um entendimento: colocam-se os princípios acima das personalidades: ninguém é julgado.

E uma condição se instaura: seriam os princípios, em *Doze Tradições*, que estariam acima das personalidades, isto é, dos sujeitos? E assim outra compreensão se faz presente. Menos humana; mais funcional: autonomia, autossuficiência, não exposição, não comprometimento com assuntos externos, prática a ser seguida, manutenção, adesão: não importa mais quem seja um e outro, afinal se está ali pelo “bem estar comum” conduzido por uma “consciência de grupo”. O que pode ser definido como submissão a um discurso que se quer e se deseja ser mais do que apoiar, mas ser um modo de vida, um salvador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto representa parte de um estudo: entende-se que por isso há lacunas e talvez espaços vazios: de algo que falhou, de algo que deveria ser melhor dito e não foi. Conta-se com a compreensão do leitor. Por outro lado, acredita-se que tenha sido possível demonstrar, em parte, como funciona o discurso das *Doze Tradições*, portanto, do discurso da autoajuda: que falha, efetivamente. Mas se o discurso apresentado efetivamente

provoca uma possibilidade de as pessoas se reencontrem consigo mesmas, mesmo vivendo na adversidade, aclame-se a sua existência. Mas, e se ele for transitório e as mudanças não se efetuarem de forma duradoura? O que sobra é o sentimento de resignação: paciência, a vida é isso. Contudo, entende-se, também, que tais grupos e seus discursos exercem um trabalho na sociedade, funcionando para uns, não funcionando para outros.

E, entende-se, assim, porque continua havendo no mundo famílias sofrendo com os filhos usuários de droga, porque, se houvesse um real do discurso que, por passe de mágica, transformasse a pessoa, ter-se-ia outra sociedade e, pelos menos desse mal, os sujeitos se veriam livres. Mas não é isso: onde ficam nesse momento os feitos dos discursos de apoio? *Efeitos* diz-se; e parece que a palavra vira a coisa. Mas não há uma resposta para essas reflexões; há, apenas, reflexões, questionamentos e dúvidas sendo levantadas.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira; colaboração de Lúcia T. Wisnik e Carlos Henrique D. chagas Cruz. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi [et. al.]. 3 ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997a.

SCHRÖDER, Luciane Thomé. *Entre as linhas do discurso do conforto espiritual*: uma análise da Literatura Nar-Anon. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, 2012. (214 p.).